

150 Anos depois da publicação do Manifesto Comunista

Opinião de alguns autores.

O Manifesto Invisível

Há 150 anos, em Fevereiro de 1848, Marx e Engels publicavam a obra que revolucionou a história política moderna. Robert Kurz

Quando aniversários de nascimento, de morte ou datas comemorativas que se reportam a um intervalo de mais de cem anos são festejados, em geral o objecto da memória já se tornou peça de museu, já foi classificado como artefacto de um passado morto e não constitui mais motivo para alarme. Os folhetins, as honras culturais e os administradores da história podem celebrar os seus eventos e debruçar-se comodamente sobre os documentos envidraçados daquilo que um dia fez os corações bater mais rápido. O "Manifesto do Partido Comunista" do ano de 1848, escrito por dois jovens intelectuais então quase desconhecidos, Karl Marx e Friedrich Engels, manteve-se durante muito tempo surpreendentemente actual. Um texto que, mesmo após um século, ainda desperta um ódio raivoso e é repetidamente censurado, embora ao mesmo tempo se difundia que nem a Bíblia, realmente há de conter material intelectual explosivo para toda uma época.

No entanto, o "Manifesto" não pode mais festejar o seu 150º aniversário como grandeza apaixonadamente disputada em meio ao tumulto das lutas sociais. Em algum momento dos anos 80, no mais tardar com a grande virada de 1989, esse documento candente tornou-se subitamente frio e insípido, sua mensagem amarelou da noite para o dia e hoje só é estudado como documento de uma história que chegou ao fim "sem ira nem zelo". Mas com isso não se esgotou a teoria de Karl Marx, que só pode morrer e tornar-se histórica junto com o capitalismo, nem o conteúdo do "Manifesto" tornou-se insustentável por fundar-se desde o início num "erro". Se o neoliberalismo faz tal afirmação, ela não passa de um ladrido de cão no encalço de seu antigo objecto de ódio, que já não pode mais representar uma crítica do capitalismo desenvolvido; isso só demonstra que ele, neoliberalismo, manteve-se aferrado aos velhos tempos.

A fim de compreender por que o "Manifesto" exprimiu durante tanto tempo uma verdade e apenas no fim do século 20 tornou-se de certa maneira falso, nós temos de reconhecer o carácter contraditório da teoria de Marx, sempre tratada erroneamente - como uma unidade

fechada. Há, por assim dizer, dois Marx: dois teóricos na mesma cabeça, que seguem formas de argumentação completamente diversas. O Marx n.º 1 é o Marx universalmente conhecido, positivo e "esotérico", o émulo e dissidente do liberalismo, o político socialista de seu tempo e o mentor do movimento operário, que nunca desejou outra coisa senão direitos de cidadania e um "salário justo para uma jornada de trabalho justa".

Esse Marx n.º 1 parece adotar uma perspectiva ontológica do trabalho, a par da ética protestante a ela correspondente, reivindicando a "mais-valia não paga" e querendo substituir a "propriedade privada (jurídica) dos meios de produção" pela propriedade estatal.

E não resta dúvida - este é também o Marx do "Manifesto Comunista", a cujo nível o seu ajudante e colaborador Engels restringiu-se pelo resto da vida. Trata-se do manifesto da "luta de classes", da forma como ela definiu o desenvolvimento do mundo moderno entre 1848 e 1989. "Vosso direito", bravejam Marx e Engels contra a ainda jovem burguesia capitalista, "é somente a vontade de vossa classe elevada a lei". Embora haja as chamadas condições materiais, o que em última instância define e impulsiona a história é a subjectividade irreductível da vontade consciente dos interesses sociais antagônicos: "classe contra classe", sem que se indague de que modo esse grande sujeito social e seus interesses foram realmente constituídos. Com toda a candura, ainda se ouve aqui a linguagem da filosofia iluminista, na qual a sociedade e seu desdobramento reduzem-se, de forma próxima às ciências naturais, a actos de vontade conscientes.

Em correspondência, o objectivo é somente a reversão das relações de domínio existentes, ou seja, "a elevação do proletariado a classe dominante"; e "o proletariado utilizará o seu domínio político para, aos poucos, arrancar à burguesia todo capital". De súbito, o conceito de capital não indica mais uma relação social, mas um aglomerado de riqueza material, que uma classe é capaz de tomar à outra e cuja forma social não entra em consideração. Dinheiro e Estado aparecem, com isso, como objectos neutros pelos quais se luta e, de certa forma, como despojos que cabem a uma ou outra classe, de modo que o proletariado legitima-se moralmente nessa luta como sustentáculo do "trabalho" diante da "renda parasitária" dos capitalistas. Em decorrência, o "Manifesto" exige como medida essencial a "centralização do crédito nas mãos do Estado" e "iguais imposições de trabalho (!) a todos", bem como a "criação de exércitos industriais (!)". Adorno sabia o que estava dizendo ao criticar o Marx do "Manifesto" por querer transformar toda a sociedade numa prisão do trabalho. As ulteriores ditaduras socialistas na União Soviética e no Terceiro Mundo portaram, efectivamente, todos os traços de um comunismo de caserna utópico-laborativo.

Mas existe também um Marx totalmente diverso. Esse Marx n.º 2 é o Marx "esotérico" e negativo, até hoje obscuro e pouco conhecido, o

descobridor do fetichismo social e crítico radical do "trabalho abstracto" e da ética repressiva a ele correspondente, definida pelo moderno sistema produtor de mercadorias. O Marx n.º 2 orienta sua análise teórica não pelos interesses sociais imanentes ao sistema, antes pelo carácter histórico desse próprio sistema. O problema não é mais a "mais-valia não paga" ou o poder jurídico da propriedade privada, antes a forma social do próprio valor, que é comum às classes antagónicas e a causa do antagonismo de seus interesses. Tal forma é "fetichista" porque ela constitui uma estrutura sem sujeito "por trás das costas" dos envolvidos, na qual eles são conjuntamente submetidos ao eterno processo cibernético de uma transformação de energia humana em dinheiro.

No plano teórico do Marx n.º 2, algumas afirmações essenciais do "Manifesto Comunista" são simplesmente absurdas. O capital, aqui, não é mais algo que seria possível arrancar às classes dominantes, mas, antes, a relação do dinheiro totalizado, que se tornou auto referencial e, assim, autonomizou-se um movimento fantasmagórico, funcionando (como mais tarde diria Marx em "O Capital") como "sujeito autónomo". Superar essa relação absurda e deixar para trás o moderno fetichismo contradiz, portanto, um simples prolongamento da luta de classes imanente ao sistema. Em vez disso, é necessário, em última instância, um rompimento consciente com a forma comum do interesse, para passar do movimento desvairado do valor e suas categorias (trabalho, dinheiro, mercadoria, mercado, Estado) a uma "administração de coisas" emancipatória e comunal, usando conscientemente as forças produtivas segundo critérios da "razão sensível" em vez de abandoná-las ao cego processamento de uma "máquina" fetichista.

Qual a relação entre o Marx n.º 1, "esotérico", e o Marx n.º 2, "esotérico"? Os dois Marx não podem ser divididos num "jovem" Marx e num Marx "maduro", já que o problema, na forma de contradição, percorre toda a teoria de Marx. Elementos da crítica ao fetichismo da forma-valor e do "trabalho" encontram-se antes do "Manifesto Comunista" nos escritos da juventude, ao passo que, inversamente, elementos do pensamento sociologicamente reduzido emergem no "Capital" e nos escritos posteriores. O problema está em que Marx, a seu tempo, não era capaz de reconhecer a contradição em sua teoria, pois não se tratava de uma contradição só da teoria, porém da própria realidade. Marx foi o único a descobrir a forma comum dos interesses de classe antagónicos de seu carácter histórico limitado; essa descoberta, contudo, não podia tornar-se praticamente eficaz, pois o moderno sistema produtor de mercadorias tinha pela frente longos 150 anos para desenvolver-se. Para o movimento operário, portanto, o Marx n.º 2 era incompreensível, só lhe sendo possível perceber a variante do "Manifesto Comunista".

Nesse sentido, a "luta de classes" pode ser compreendida de maneira totalmente diversa: como estava longe de contribuir para a queda do capitalismo, ela constituiu antes o motor interno de desdobramento do

próprio sistema capitalista. O movimento operário, sempre restrito à forma fetichista de seus interesses, representou como que o progresso do modo de produção capitalista contra o conservadorismo irreflectido das respectivas elites capitalistas. Ele impôs a elevação dos salários, redução da jornada de trabalho, liberdade de associação, sufrágio universal, intervenção estatal, política industrial e de mercado de trabalho etc. como pressupostos do desenvolvimento e da expansão do capitalismo industrial. E o "Manifesto Comunista" foi o estopim desse movimento histórico dentro do invólucro fetichista.

Se hoje esse movimento encontra-se inerte, isso se dá porque o próprio sistema capitalista não possui mais um horizonte de desenvolvimento. A "luta de classes" chegou ao fim e com ela o "Manifesto Comunista" também perdeu sua força. A sua linguagem instigante petrificou-se em documento histórico. O texto tornou-se irreal, pois a sua tarefa foi cumprida. Justamente por isso, no entanto, chegou a hora do Marx n.º 2, o "esotérico"; o sistema geral de coordenadas do "sujeito automático", que na época histórica da luta de classes não foi percebido como fenómeno distinto e permaneceu como que "invisível", tornou-se problema candente, e sua crise global impregnará o próximo século. Agora cabe escrever outro manifesto cuja linguagem ainda não foi descoberta.

Robert Kurz é sociólogo alemão, editor da revista "Krisis", autor de "Colapso da Modernização" (Paz e Terra) e "Os Últimos Combates" (Vozes).

Tradução de José Marcos Macedo.

Cronologia

Janeiro de 1847 - Karl Marx e Friedrich Engels filiam-se à Liga dos Justos, agremiação de orientação socialista com grande inserção entre as classes operárias.

Junho de 1847 - Em congresso realizado em Londres, a Liga dos Justos muda seu nome para Liga dos Comunistas. Engels participa da redacção da declaração de princípios da entidade, o "Projecto de Profissão de Fé".

Outubro de 1847 - Engels entra em atrito com a direcção da Liga, criticando a sua linha utópica. Para Engels, a Liga deveria se preocupar menos com a "comunhão dos bens" e, sim, com críticas mais consistentes ao regime capitalista.

Novembro de 1847 - Engels escreve um novo projecto para a Liga, os "Princípios de Comunismo". Apesar de seu carácter doutrinário, os "Princípios de Comunismo", "miseravelmente redigidos, escritos com terrível pressa", são recusados pela Liga.

Dezembro de 1847 - Marx se propõe, no congresso da Liga, a escrever um outro projecto para a entidade. Retira-se para Bruxelas (Bélgica), onde, a partir do trabalho de Engels, começa a redigir o "Manifesto Comunista".

Janeiro de 1848 - Marx é notificado pela Liga dos Comunistas de que sofrerá severas sanções se não entregar até 1º de Fevereiro o manifesto a que se havia comprometido redigir.

Fevereiro de 1848 - Marx envia o texto final para a Liga dos Comunistas. No mesmo mês sai a primeira edição do "Manifesto Comunista", com uma tiragem de 1.000 exemplares. Até o ano de 1919, o "Manifesto" terá 34 edições em inglês, 70 edições em russo, 55 em alemão e 26 em francês.

1924 - Primeira edição do "Manifesto Comunista" no Brasil.

Um apelo à libertação

Substitua "burguesia" por "globalização" e eis o mundo atual descrito por Marx.

Alain Touraine

Releia o "Manifesto Comunista", de 1848, e você ficará surpreso ao perceber o quanto é actual. Substitua, desde as primeiras páginas, "burguesia" por "globalização" e você reencontrará imediatamente o entusiasmo dos negociantes e financistas de hoje e o poder aparentemente ilimitado das forças económicas vitoriosas, que destruíram todas as experiências particulares de vida, de cultura, de profissão.

Antes de prosseguir, vamos nos deter por um momento nessas páginas espantosas, frequentemente vistas como um hino à burguesia e que preparam - na verdade, para Marx, tornam necessário - o apelo ao proletariado. Sim, um ciclo histórico chega ao fim. Em 1848 começa a espalhar-se uma revolução capitalista, ou seja, a economia rejeita todas as formas de control social e político anteriores e recusa qualquer outro critério de avaliação que não o lucro. Após essa fase, qualificada por Charles Morazé como a dos burgueses conquistadores e que é também

a da mais brutal proletarização e exploração, duas correntes opostas se formara

A primeira, inaugurada por Bismarck, reorientada pela idéia inglesa da democracia industrial, depois pelos regimes social-democratas e finalmente pelo "Welfare State", limitou as injustiças, pelo menos em parte, mas transformou-se pouco a pouco num sistema de proteção dos interesses dos mais bem organizados e também em um controle exercido em benefício do Estado, mais do que das categorias mais dominadas ou mais carentes.

A segunda corrente foi a corrente revolucionária, que cresceu sobretudo nos países que saíam de uma sociedade e de um sistema de autoridade tradicionais e ingressavam brutalmente na sociedade capitalista. Mais de três quartos de século depois da revolução soviética, quase todos esses regimes inspirados pela revolução desapareceram, deixando em sua esteira uma imensa mancha de sangue e o buraco negro da decomposição económica. Hoje, isto é, depois da mundialização da economia que se impôs a partir dos anos 70, nos vemos diante de uma segunda revolução capitalista, à qual se dá o nome de globalização para ocultar sua natureza, como Marx dizia que o reinado da mercadoria era, na realidade, o reinado do capitalismo.

A economia é poderosa outra vez. Fala-se por toda parte de enfraquecimento dos Estados nacionais, no desabamento dos movimentos sociais excessivamente integrados ao poder ou excessivamente marginalizados, na destruição das culturas particulares ou de seu fechamento voluntário numa defesa obsessiva de sua identidade. O cenário social e político aparenta estar vazio. Não se fala em outra coisa senão na economia mundial, tão poderosa, tão omnipresente, que ela parece estar fora do alcance dos esforços liliputianos daqueles que ainda tentam controlá-la. Nenhum texto define melhor a situação actual que a primeira parte do "Manifesto Comunista".

Isso nos leva directamente à pergunta que cada um se coloca. Essa primeira parte se chama "Burguesia e Proletariado". Percebe-se claramente onde está a burguesia, mas e os proletários, onde se encontram? Alguns respondem imediatamente que sua presença é visível por toda parte: desempregados, assalariados precários, emigrados expulsos de seus países pela falta de trabalho, refugiados ao mesmo tempo políticos e económicos que fogem dos novos regimes autoritários. Marx falava em relações sociais de dominação e exploração; nós enxergamos, mais do que isso, exclusão, marginalização, desenraizamento.

O raciocínio de Marx não rejeita, de maneira nenhuma, o triunfo da economia moderna; pelo contrário, ele pensava, seguindo o pensamento de Hegel, que o proletariado iria atingir o progresso ao encontrar sua racionalidade e eliminar o lucro capitalista. Hoje, ao contrário, as forças

que tentam transformar a miséria em acção ou procuram criar uma contracultura ou se limitam a um economismo elementar. Mas é aqui que é preciso retornar a Marx e a Engels, pois a parte mais longa de seu texto é dedicada à crítica dos caminhos falsos seguidos pelo comunismo nascente. Não é difícil encontrar equivalentes contemporâneos às ideologias de meados do século 19 que Marx critica e condena. Entretanto, uma vez feito esse trabalho crítico, ergue-se diante de nós o problema central: qual é a força positiva que pode suscitar a acção colectiva e a reconstrução da vida social e cultural devastadas pela busca exclusiva do lucro.

É verdade que o pensamento de Marx pertence a seu tempo, mas podemos reflectir sobre esse pensamento para encontrar uma resposta aos problemas de hoje. O domínio absoluto da burguesia só pode ser rompido, segundo Marx, pela união de dois processos. O primeiro é o agravamento natural das contradições do capitalismo, a crescente bipolarização da sociedade, as crises de superprodução e de subconsumo. O segundo é o apelo a uma força que não é propriamente social, porque conduz à libertação do ser concreto, do valor de uso, das necessidades. Não se trata apenas de restabelecer o bem-estar ou a justiça; o que é preciso realizar é uma libertação. Porque o domínio da burguesia e o reinado da mercadoria se tornaram totais, é preciso, para superá-los, apelar ao mesmo tempo a uma necessidade histórica, que traduz bem a ideia de uma crescente contradição interna do capitalismo, e a uma força que não é nem social nem natural, que é da mesma natureza que a ideia do progresso: a força de realização do espírito, descrita por Hegel, ou mesmo aquela do triunfo da razão, defendida pela filosofia das luzes. Assim, é ao mesmo tempo por cima e por baixo que a sociedade, reduzida à economia, pode ser reconstruída de modo a que a actividade económica se reconcilie ao mesmo tempo com a racionalidade e com um princípio absoluto de libertação.

O pensamento de Marx está muito distante daquele da Revolução Francesa, mas é da mesma natureza que este. Enquanto 1789 colocou no centro da sociedade construir a figura do cidadão, Marx pôs a do trabalhador, que não é apenas um actor económico, mas uma figura humana feita tanto de necessidades quanto de energia. Hoje, enquanto a vida económica é cada vez mais dominada pelas indústrias da informação e da comunicação, que produzem bens mais culturais do que materiais, o domínio do mundo dirigente se tornou tão completo que a existência humana, a liberdade do sujeito humano, os direitos humanos, é que são ameaçados directamente e, após uma libertação política e depois económica, precisamos hoje de uma libertação cultural que se traduza directamente pelos limites que a ética procura impor ao reinado do lucro. É fácil e necessário marcar as distâncias que separam 1848 de 1998, mas ainda mais necessário identificar a continuidade de um processo teórico e prático que se desenrola desde o "Manifesto Comunista" até hoje. Em cada uma dessas datas, tão distantes umas das outras, é também preciso descobrir as contradições internas de um

sistema de dominação e um princípio de libertação que opõem um direito fundamental, imprescritível, ao poder da economia e de suas protecções jurídicas e políticas.

Alain Touraine é sociólogo e cientista político francês. Dirige a Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (Paris). Publicou no Brasil, entre outros, "A Crítica da Modernidade" (Vozes). Tradução de Clara Allain.

Fogos Retóricos e o Sublime

Texto combina linguagem de versículo com ironia e sarcasmo

Arthur Nestrovski

"A doutrina marxista é onnipotente porque ela é verdade", dizia Lenin, três anos antes da Revolução Russa. Essa frase, nesses lábios, soa hoje sinistra, ou cómica, ou as duas coisas, dependendo do humor de quem lê. Mas o principal trabalho de exortação política do marxismo, o "Manifesto Comunista" de Marx e Engels, de 1848, continua a ser "a plataforma comum, reconhecida por milhões de trabalhadores da Sibéria à Califórnia", como escreveu Engels, noutra frase involuntariamente irónica, à luz da história da Sibéria e da Califórnia. Ironias à parte, o "Manifesto" é um exemplo inigualado em tempos modernos da força imprevisível que um texto pode ter sobre a realidade. Que seus efeitos sejam contrários a suas intenções é só mais uma volta no parafuso que gira entre a forma e o conteúdo, tema que preocupava Marx de maneira especial.

"A forma não tem valor se não for a forma do conteúdo", já afirmava ele em 1842; e toda a sua doutrina, da "Ideologia Alemã", de 1846, e a elaboração da teoria do trabalho até "O Capital", 20 anos mais tarde, vai centrar-se sobre uma imagem da humanidade emancipada das divisões entre forma e substância que são a característica do sistema de circulação de valores no capitalismo. Contra a separação entre a força de trabalho dos indivíduos e o seu universo simbólico e libidinal, Marx imagina uma "humanidade socializada", em que a produtividade torna-se expressão constante da natureza humana do homem. O trabalho, liberado das estruturas de opressão, passa a ser um fim em si e transcende a sua instrumentalização. A sociedade, neste momento, atinge um plano semelhante ao da obra de arte, em que, idealmente, forma e conteúdo são uma coisa só.

Forma e conteúdo estrategicamente não são uma coisa só no "Manifesto", redigido com fogos retóricos muito distantes da linguagem sem adorno do "Capital". "Um espectro assombra a Europa...", "tudo o que é sólido desmancha no ar...", "a sociedade burguesa é como um feiticeiro que não é mais capaz de controlar os poderes do outro mundo que ele conjurou...": Shakespeare e Goethe dão-se as mãos nesse texto que, ao menos nisso, realiza o ideal de emergência de uma "literatura mundial" citado na primeira parte. Não seria justo fazer uma leitura literária de um instrumento de militância, nem é razoável ler Marx como poeta (ou como filósofo apenas, o que é mais comum) ; mas não seria justo, também, deixar de apontar o controle retórico desse discurso erudito, redigido para uso popular.

Estamos aqui no domínio da fala política, uma entre outras em Marx e Engels, como ensinou Maurice Blanchot ("La Fin de la Philosophie", 1959). Sua única medida é o excesso e seu único tempo, o presente; ou melhor, a iminência de um presente. A teoria marxista não é exactamente uma forma de messianismo; mas isto não impede o "Manifesto" de se valer de um registro apocalíptico, em que a esperança é transformada em certeza: "A luta de classes beira a sua hora decisiva", "a supremacia do proletariado levará a este fim ainda mais rapidamente". Bordões encantatórios contribuem para a aceleração do significado: "A burguesia, historicamente, teve um papel extremamente revolucionário./ A burguesia desnudou de sua auréola toda ocupação até agora honrada.../ A burguesia arrancou da família o seu véu sentimental.../ A burguesia revelou.../ A burguesia não pode existir sem revolucionar, constantemente, os meios de produção".

O que distingue o registro do "Manifesto" é a combinação dessa linguagem de versículo, alternada com explicações "históricas" e "científicas", com uma outra fala, de ironia e sarcasmo crescentes, que faz pensar mais em Baudelaire do que no profeta Jeremias: "Mercado livre: para benefício da classe trabalhadora. Taxas protectoras: para benefício da classe trabalhadora... O burguês é um burguês para benefício da classe trabalhadora". Nisto se mostra a aliança de Marx e Engels com certa poesia provocativa de seus predecessores franceses e alemães; e a construção de um estilo marginal, depois muito rebaixado, sem dúvida, mas que preserva, até hoje, sua carga de terror. "Que a classe dominante trema diante da revolução..."

Há mais na mistura de falas do "Manifesto" do que uma simples reciclagem retórica. Jean-François Lyotard fala de um "sublime marxista", como ponto de fuga da "elaboração absoluta das potencialidades criativas" do homem descrita nos "Grundrisse" e em outros trabalhos. O sublime, na tradição kantiana, é aquele significado intuído, mas que fica além da nossa capacidade de conceitualização (muito embora possa ser imaginado precisamente como tal). Num certo sentido, então, reconhecido pelo próprio Marx, a realização da sociedade comunista fica nesse domínio, de algo que excede todas as

formas: é irrepresentável e "extrai sua poesia do futuro", como diz no "Dezoito Brumário de Louis Bonaparte". A forma tem de vir de dentro, permitindo que se constitua plenamente o potencial humano livre de coerção. Na incapacidade de representá-la pelo discurso, a multiplicação das figuras serve, no mínimo, a um propósito sugestivo; como se, do choque das linguagens, uma nova ideia pudesse se formar. "O socialismo burguês alcança expressão adequada quando e somente quando torna-se uma mera figura de linguagem", lê-se na parte 3.2 do "Manifesto". É uma sentença que precisa ser lida em contraponto com outras, no início: "As conclusões teóricas dos comunistas não estão baseadas de modo algum em ideias ou princípios que foram inventados, ou descobertos.... Elas expressam simplesmente, em termos genéricos, relações reais... acontecendo sob nossos próprios olhos". Que as relações "reais" sejam uma invenção ou descoberta da própria doutrina que está sendo divulgada não vem ao caso aqui; um manifesto não é um tratado de lógica. O que chama a atenção é o esforço repetido para transformar a linguagem figurada em literal, como se fosse possível, enfim, construir um discurso directo, uma linguagem das coisas e dos homens, sem passar pelo estorvo das palavras (uma linguagem "omnipotente, porque ela é verdade", como escreveu Lenin).

A obra posterior de Marx é subtil no que toca à heterogeneidade entre matéria e consciência; e uma externalidade irreductível serve, ali, de alavanca para uma crítica à própria ideia do humano. No "Manifesto" há uma censura aos socialistas alemães, herdeiros do idealismo, que falam do "homem, em geral, que não pertence a uma classe, não tem realidade, que existe somente no meio enevoado da fantasia filosófica".

Mas nem em 1848, nem depois, será possível abdicar politicamente desse ideal, que é o ponto de fechamento do sistema, e é onde Marx e Engels estão mais próximos do idealismo, em outros pontos tão criticado. Que a liberação do "potencial humano" tenha se manifestado historicamente como liberação da selvageria e da estupidez parece previsível em retrospecto, mas só em retrospecto. O "Manifesto" é pré-nietzscheano e pré-freudiano e não põe em questão as quebras de continuidade entre a linguagem e o homem.

Entre outras lições que a história da leitura do "Manifesto Comunista" nos ensina está a demonstração de que a unidade entre forma e conteúdo não se dá jamais num campo livre das contingências da própria leitura. O ideal de emancipação marxista depende de uma ausência de ambigüidade na interpretação de textos calculadamente retóricos como o "Manifesto". Mas não há falta de ambigüidades na transformação dessas 30 e poucas laudas de texto em um século e meio de história. Os efeitos da leitura do "Manifesto" só são comparáveis, de fato, aos dos maiores textos literários e religiosos. O que é a história da nossa cultura se não a história de interpretação desses textos? O senso comum tem por certo que a história controla a leitura; mas as duas

coisas parecem muito mais imbricadas uma na outra, quando se pensa na recepção de escritos como os de Marx e Engels.

Uma aproximação à leitura do "Manifesto" teria de ser feita a partir desse núcleo, em que se cruzam as idéias filosóficas da forma com a teoria política da emancipação do trabalho e as dificuldades e distorções na interpretação do texto na esfera "real". A história recente sugere prudência, no mínimo, ao se aproximar desse documento, que da nossa perspectiva é muito mais de barbárie do que de cultura. Haverá no futuro, quem sabe, uma outra ocasião para a sua releitura em outras bases, tendo às costas, entre outras coisas, a memória de tudo o que ele foi capaz, e não foi capaz, de fazer acontecer.

Arthur Nestrovski é professor de literatura na pós-graduação em comunicação e semiótica da Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP), autor de "Ironias da Modernidade" (Ática), entre outros.

Esboço de História Universal

Obra realiza primeira exposição do materialismo dialético

Ricardo Musse

No "Manifesto Comunista", Marx e Engels apresentam, pela primeira vez, o mundo burguês como uma unidade contraditória entre factores dinâmicos e invariância estática. O paradoxo de uma sociedade que não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, com eles, o conjunto das relações sociais é próprio do mundo moderno. Enquanto os antigos modos de produção assentavam-se, à maneira de uma tradição, na manutenção e conservação de relações fixas e cristalizadas, a sociedade burguesa se reproduz, mantendo-se idêntica, apenas ao preço de uma contínua transformação que, acarretando a obsolescência e uma incontrolável destruição de toda estrutura de produção existente em um determinado momento, subverte de forma incessante inclusive o cenário histórico e político.

Por razões conjunturais, Marx e Engels privilegiaram, nesse entrelaçamento, o aspecto dinâmico, a constância da transitoriedade, materializados na frase-emblema: "Tudo que é sólido desmancha no ar". Muito do interesse e parte da recepção do "Manifesto" explicam-se por essa ênfase. Em períodos de estabilização e consolidação do capital, seja entre 1850 e 1870 ou no quase meio século que se estende de 1950 a 1989, o marxismo volta-se para a compreensão da estática imanente à dinâmica social, concebendo a sociedade como uma segunda natureza e debruçando-se sobre o sempre-igual de fenômenos

como o fetichismo da mercadoria. Hoje, no entanto, quando, por uma conjunção de factores - conflito entre blocos e Guerra Fria, estabelecimento nos países centrais de um Estado do Bem-Estar Social, predomínio incontestável da hegemonia norte-americana - o engessamento do capitalismo parece ter chegado ao fim, muito do que se diz no "Manifesto" volta a ter uma inesperada actualidade.

Revolução iminente

O texto do "Manifesto" constitui-se pela combinação, quase sempre inextricável, de uma exposição concisa que se propõe a apresentar abertamente, "opondo-se à lenda do espectro", a teoria do comunismo com o detalhamento de uma plataforma política do proletariado para uma revolução que Marx e Engels julgavam iminente e que de fato se desencadeou pouco menos de um mês após sua redacção.

Essa conjunção de doutrina e programa, a simbiose entre conceito e história, a unidade de teoria e prática realizam, novamente pela primeira vez (impossível não destacar repetidamente o carácter inaugurador do texto), o projecto mais ambicioso da filosofia do idealismo alemão, enunciado por Fichte como a junção entre o a priori, o desdobramento lógico, e o a posteriori, a experiência do mundo real, e que Hegel, na "Fenomenologia do Espírito" - conforme a voz corrente na filosofia da época, dos jovens hegelianos a Schopenhauer - apenas conseguira alcançar, retrospectivamente, para as formas do passado.

Mas não é só no terreno da filosofia, ao efectivar a exigência, reiterada no debate intelectual da década de 1840, de dar conta do presente histórico, que o "Manifesto" significa um passo adiante. Além de contribuições no campo da sociologia (a teoria das classes sociais) e da economia (embora aqui ainda esteja ausente um ponto central do arcabouço - a teoria marxista do valor), o "Manifesto" inaugura ainda, de acordo com a opinião insuspeita de Schumpeter, a interpretação econômica da história e a teoria moderna da política.

O gesto inaugural ou a introdução de avanços em disciplinas aparentemente tão díspares - que dificilmente poderá, por conta da superespecialização hoje vigente no trabalho intelectual, ser repetido por um outro livro - explica-se facilmente por um círculo virtuoso. Marx renovou a história porque conhecia bem economia, revolucionou a política porque conhecia a história como poucos, reinterpretou criticamente a economia graças aos seus conhecimentos de política e de história etc.

Não se pode dizer o mesmo, porém, do processo de disseminação que tornou o marxismo um fenómeno mundial a partir da última década do século 19. Como a divulgação se fez prioritariamente pela via da esquematização, a difusão acarretou o empobrecimento tanto do conteúdo quanto do método. Não foi só o retalhamento do legado de

Marx e Engels em partes e disciplinas estanques por obra do anseio enciclopédico da época e pela posterior incorporação, em separado, de algumas descobertas do marxismo pelo mundo acadêmico burguês. O próprio Engels, apenas cinco anos depois da morte de Marx, acrescentou ao "Manifesto", na edição inglesa de 1888 e depois na edição alemã, uma série de notas explicativas, presentes em todas as edições e traduções posteriores, que dissociam conceito e história.

A primeira nota, por exemplo, adendo ao título da primeira parte, "Burgueses e Proletários", define logicamente estas duas classes por sua posição em relação à propriedade dos meios de produção. Já o texto do "Manifesto" expõe esses conceitos por meio de uma síntese da história moderna que destaca o processo de formação de cada classe e a conexão entre elas, o antagonismo que as envolve numa luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta.

Poder de síntese

A súpula do mundo moderno, pequeno esboço de história universal, que o "Manifesto" apresenta em poucas páginas, dotada de um impressionante poder de compreensão e síntese, constitui a primeira aplicação, e exposição pública, da concepção materialista que Marx e Engels haviam desenvolvido num manuscrito, "A Ideologia Alemã", até 1932 abandonado à "crítica roedora dos ratos". O "Manifesto", além de retomar, sob a forma de drásticos resumos, passagens inteiras desse manuscrito, concretiza a idéia, ali apenas enunciada, de uma história que não separa nem distingue os aspectos econômicos, sociais ou políticos.

Essa teoria da história se propõe a combater o ponto de vista de um "assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano" pela observação das relações materiais. Seu fio condutor foi posteriormente condensado por Marx nos seguintes termos: "O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência" (prefácio à "Contribuição à Crítica da Economia Política").

O travamento no desenvolvimento das forças produtivas (a ausência de crescimento), a contradição entre relações sociais existentes manifestam-se sob a forma de crises. As relações burguesas tornaram-se estreitas demais para conter a riqueza colossal que a própria burguesia despertou no seio do trabalho social por meio da exploração do mercado mundial. As medidas protelatórias, segundo Marx e Engels, apenas preparam crises mais gerais e violentas.

A partir desse cenário o "Manifesto" fez uma dupla aposta. Primeiro, sustentou a hipótese, que se revelou verdadeira, de que a crise levaria a uma revolução social que varreria do mapa europeu os velhos regimes.

Equívocou-se, porém, na previsão de que o desenvolvimento do capitalismo avançara a ponto de tornar possível uma vitória definitiva do proletariado. Em 1850, Marx e Engels reconhecem, no último artigo de "As Lutas de Classes na França", que a perspectiva de uma continuação do processo revolucionário estava inviabilizada pela retomada, após a crise de 1847, da prosperidade industrial.

O desfecho das revoluções de 1848 - na França marcado pelo golpe de Estado de Luís Bonaparte em 1851 -, que levou Marx a se exilar na Inglaterra e a se dedicar por longos anos apenas à redacção de "Capital", modificou profundamente a visão de Marx e Engels sobre o papel da burguesia. Sua capacidade em se acomodar, quando preciso, com sectores da aristocracia fundiária e com a burocracia de que se tratava de uma classe eminentemente revolucionária, apta a "criar o mundo à sua imagem e semelhança". Desde então, passa a ser vista como uma classe contra-revolucionária, trazendo para o primeiro plano seu conflito com o proletariado.

Muito se criticou a teoria de classes do "Manifesto", o substrato da famosa afirmação que abre o livro, "a história de toda sociedade até hoje é a história de lutas de classes", principalmente a simplificação dos antagonismos em dois grandes campos inimigos - burguesia e proletariado. Quando se atém, porém, ao núcleo da determinação do conceito de proletário, à condição de homens que são uma mercadoria como qualquer outro artigo de comércio, sujeitos às vicissitudes da concorrência e às flutuações do mercado, como negar, ainda hoje, a veracidade e a pertinência dessa teoria.

Os problemas do "Manifesto" e, por extensão, do próprio marxismo surgem na determinação da consciência de classe e, portanto, no delineamento da actuação política do proletariado. O processo de formação da classe proletária que o "Manifesto" descreve, das lutas isoladas à organização em associações permanentes e em coalizões antiburguesas, a conversão das lutas locais em uma luta política nacional, é impecável. Mas a expectativa de Marx e Engels de que o incremento de dois factores dissonantes - o empobrecimento do proletariado por causa da concorrência entre os proletários por trabalho e o aumento do seu poder social por conta da concentração industrial (horizontal, isto é, geográfica, mas também vertical, pela suplantação das pequenas pelas grandes empresas) - conduzisse à revolução proletária não se mostrou factível nos países centrais do capitalismo.

Nesse ponto crucial a actualidade do "Manifesto" reside menos em respostas prontas do que em seu carácter aberto. Em lugar de esmiuçar uma teoria sistemática do partido, com regras e critérios de estruturação e funcionamento, toma o conceito de partido, que agrega no nome "Manifesto do Partido Comunista", como uma mera extensão da classe, determinando, na fórmula de Claudín, não "o partido do proletariado, mas o proletariado como partido". Em vez de uma

definição peremptória do modelo de uma sociedade socialista, oferece poucas, breves e vagas indicações (destacando, porém, que a revolução social também significa, nos termos de 1968, "mudar a vida"), à espera de que o desaparecimento do antagonismo entre as classes, do fetichismo da mercadoria e do predomínio do interesse monetário, por si só, ajude a delinear os contornos de uma forma social mais justa.

Ricardo Musse é professor de filosofia na Unesp (Universidade Estadual Paulista) e membro da comissão executiva da revista "Praga" (Hucitec).

1848 e a Primavera dos Povos

Texto é contemporâneo de uma série de explosões revolucionárias na Europa.

Daniel Aarão Reis

A tempestade revolucionária aparecia visível no horizonte quando Marx e Engels foram incumbidos de redigir o "Manifesto Comunista". Ela se desencadeou, em 24 de fevereiro de 1848, em Paris, quando a primeira edição do texto, escrita em alemão, apareceu em Londres.

A rigor, a primeira explosão acontecera mais ao sul, em Palermo, na Sicília, em janeiro. Mas foi a partir da proclamação da República em Paris que a revolução tomou sua dimensão européia, do Atlântico às fronteiras do império russo, envolvendo a França, a Prússia, o Império Austríaco (Boêmia e Hungria) e demais Estados da Confederação Germânica, as regiões italianas do Norte ocupadas pelos austríacos e os demais Estados da península - reino da Sardenha (Piemonte), Estados do Papa, reino de Nápoles.

Em pouquíssimo tempo, o quadro político mudou nos principais Estados e regiões da Europa. Sob o influxo da vitória parisiense, o mês de março de 1848 foi escandindo, como um fio vermelho, ao longo dos dias, a sucessão de insurreições, motins e revoltas populares.

Era a primavera dos povos. No começo de 1847, um ano antes de seu início, a Liga dos Justos, organização conspirativa revolucionária, já anunciava a eclosão de uma revolução grandiosa, que provavelmente decidiria, por um século, os destinos da humanidade.

Muitos indícios trabalhavam a favor deste diagnóstico.

Os Estados alemães, assolados pelas crises agrícolas de 1844 e 1846, frustrados pelo fechamento da Dieta Unida, em junho de 1847, faziam pensar na conjuntura francesa anterior à grande revolução. Um encadeamento semelhante de processos: crises agrícolas, promessas de participação, recuos e fechamentos rápidos depois da esperança de aberturas, não estaria aí amadurecendo uma nova explosão revolucionária! Com uma vantagem em relação a 1789: na Alemanha, em fins da primeira metade do século 19, a burguesia e o proletariado, expressões da modernidade capitalista, apareciam com um outro peso, além de politicamente mais amadurecidas.

Na França, outras agitações: em baixo, motins populares provocados pela fome; em cima, descontentamento crescente entre as próprias elites dominantes, insatisfeitas com os benefícios que o regime reservava à aristocracia financeira. A plebe urbana francesa e o nascente proletariado já haviam conformado uma tradição. No rastro de repressão, sangue e mortes, marcos que não mais seriam esquecidos: a insurreição dos operários têxteis de Lyon, em 1834; as lutas pela redução da jornada de trabalho em 1836-1838, a tentativa revolucionária blanquista de 1839, a grande greve de Paris no início dos anos 40, as greves dos mineiros do Loire em 1846 e 1847. Mais sinais apontavam no mesmo sentido: a insurreição polonesa de fevereiro/março de 1846, o triunfo do Partido Democrático na guerra civil suíça (outubro/novembro de 1847), a vitória dos liberais nas eleições belgas, a agitação política nas cidades italianas do Norte, sob jugo austríaco (verão de 1847).

A questão nacional emergia, ameaçando quebrar respeitáveis impérios, velhas molduras: poloneses, em luta contra a tripla dominação da Rússia, Áustria e Prússia; italianos, húngaros e tchecos contra a dominação austríaca; irlandeses contra ingleses.

Finalmente, mas não menos importante, a crise econômica inglesa de 1847, trazendo para o caldeirão das contradições típicas do Antigo Regime os novos problemas decorrentes de um outro e novo tipo de crise, capitalista. De um lado, a fome e o irredentismo nacional, o programa das liberdades em oposição ao absolutismo tradicional e conservador, evidenciando as mazelas de um Antigo Regime que não mais se sustentava, apoiado na Santa Aliança (Rússia, Áustria e Prússia). De outro lado, a crise da superprodução capitalista, da realização do lucro, lançando na miséria do desemprego trabalhadores incapazes de adquirir uma produção invendável. Carências do Antigo Regime, excessos do novo regime, uma perigosa combinação, com força para detonar a ordem.

Uma revolução capaz de promover mudanças profundas em todos os níveis da sociedade. Uma revolução popular, já proletária em alguns grandes centros urbanos, como Paris, Berlim, Viena, Milão, nacional – pela independência em relação à dominação estrangeira – e democrática

- pela derrubada das monarquias absolutistas. Teria que se haver com o conjunto das forças conservadoras: do Antigo e do novo regime.

Se a revolução estava vindo nas asas do tempo, era preciso elaborar uma proposta que fosse ao seu encontro, que a fizesse compreensível, indicando caminhos e programas. O "Manifesto" de 1848 cumpre este papel: não nos fala apenas de uma revolução específica, mas anuncia a emergência de uma época revolucionária.

Na forma, uma linguagem de enfrentamento, exprimindo a vontade de tudo esclarecer, de modo que não pudesse haver dúvidas sobre as opiniões e intenções dos revolucionários: "Os comunistas se recusam a ocultar suas opiniões e suas intenções. Declaram abertamente seus objetivos".

Na escolha do termo "comunista", a preferência deliberada pelo nome mais maldito e menos digno de credibilidade entre as elites conservadoras e as pessoas de bem e de bens. "A pecha infamante de comunismo" tornando-se símbolo de afirmação, um escândalo, o nome execrado, escolhido, o feio, belo, numa provocação. E a agressividade do propósito: "Censurai-nos por querer abolir vossa propriedade (burguesa). De fato, é exatamente isso o que queremos". Ao alcance da imaginação, a iminência da revolução, quando se invertem os signos e o mundo vira de ponta-cabeça.

Depois de um século e meio, é possível distinguir o que resistiu à prova do tempo, no texto que se transformou na arma mais popular do socialismo contemporâneo?

Não vingou a idéia de que a dominação da burguesia era já incompatível com o tempo histórico. E as previsões algo naturalistas a respeito do triunfo inevitável de uma revolução anticapitalista também não prevaleceram.

Por outro lado, as esperanças depositadas no proletariado industrial parecem ter extrapolado suas possibilidades. Um certo messianismo, presente nas páginas e nas propostas do "Manifesto", não encontrou respaldo na história. Os proletários dos países capitalistas avançados, tendo se transformados em cidadãos, tenderam, em grande maioria, a abandonar a perspectiva revolucionária, confortando partidos e movimentos reformistas. Nos países socialistas, não souberam formar linhas de resistência ao processo de usurpação do poder nem, mais tarde, ao desmantelamento de suas organizações autônomas.

Mas o painel da burguesia, revolucionando todas as dimensões da vida, permanece atual. A fúria produtiva, as incessantes revoluções tecnológicas, a ambição ilimitada de tudo invadir e subordinar e dominar, internacionalizando mercados e capitais, a profanação e a dessacralização das relações sociais, sua monetarização, tudo

convertendo em pagamento, em dinheiro, aí temos o retrato sem retoques, até os dias de hoje, da burguesia triunfante, bezerro de ouro, fetiche, curvando os seres humanos à vontade do capital.

Há um olhar de águia na precisão desta análise. E mais a bela audácia revolucionária daquelas palavras. São dois aspectos que permitem ao "Manifesto" sustentar o peso dos anos. Olhar de águia e audácia. Não é exatamente isto que falta às atuais lideranças socialistas?

Daniel Aarão Reis é professor de história da Universidade Federal Fluminense.

[Textos publicados originalmente no caderno Mais do jornal Folha de São Paulo, 1998]